



Defensoria Pública
de Mato Grosso do Sul

Nudem

Informativo do Núcleo Institucional de Promoção e Defesa
dos Direitos da Mulher - NUDEM



ANO 5 - 21ª Edição | Fev/Mar 2019

Editorial

É o quinto ano que o NUDEM comemora através de mais uma edição do boletim informativo o mês da mulher. Na sua 21ª edição, trazemos algumas novidades sobre o NUDEM na Capital, como do projeto de Violência Obstétrica desenvolvido pela Defensora Thaís Dominato reconhecido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e os diversos eventos em alusão ao mês das mulheres.

Na entrevista, a Caroline Reis do Instituto Rede Mulher Empreendedora fala sobre o projeto empoderar mulheres em vulnerabilidade emocional, social e/ou econômica através do Instituto Rede Mulher

Empreendedora, da plataforma GOOGLE, no qual o NUDEM é parceiro.

Destacamos também as ações no Interior, como a comemoração dos três anos do Centro de Parto Normal do Hospital Elmira Silvério Barbosa, as palestras sobre Violência Obstétrica, ministradas pela defensora pública Thaís Roque Sagin, nas escolas Estaduais de Bonito e muito mais.

No tema Direitos desta edição, contextualizamos o histórico de conquistas dos direitos das mulheres em alusão ao 8 de março. Boa leitura!

Edmeiry Silara Broch Festi
Coordenadora do NUDEM

Cronômetro da Violência contra as mulheres no Brasil

- Uma mulher é vítima de estupro a cada 9 minutos;
- Três mulheres são vítimas de feminicídios a cada um dia;
- Uma mulher registra agressão sob a Lei Maria da Penha a cada 2 minutos;
- O Brasil é o 5º no ranking de países em que mais se matam mulheres.

Dados compilados no Dossiê Violência contra as Mulheres 2008.
Agência Patrícia Galvão.

“

**Que nada nos defina,
Que nada nos sujeite.
Que a liberdade seja
a nossa própria
substância,
já que viver é ser livre”.**

Simone de Beauvoir



Entrevista

Caroline Reis

Empresária na área de desenvolvimento humano, é consultora de Recursos Humanos, coach, analista comportamental, diretora da ICF - International Coach Federation e Embaixadora da Rede Mulher Empreendedora. Morou na Inglaterra, Alemanha e Suíça. Foi aluna da primeira turma de Relações Internacionais da FEBASP e fundou o departamento de Relações Internacionais do IBCE (Instituto Brasileiro de Comércio Exterior). Graduada em Gestão de Recursos Humanos, tem especializações em Gestão de Recursos Humanos Globais, Finanças para Não-financeiros e Análise de Mercado pela ESPM, Planejamento Estratégico de Marketing pela Business School São Paulo e Empreendedorismo pela Harvard Business School On. É uma das 100 facilitadoras da metodologia LEGO® SERIOUS PLAY® no Brasil e uma das 30 multiplicadoras do Programa Ela Pode da IRME com apoio do Google. Iniciou sua experiência em Recursos Humanos há 15 anos, passou por empresas nacionais e multinacionais e há 9 anos dedica-se exclusivamente à área de treinamento e desenvolvimento de pessoas, com clientes em todo território nacional.

1 - Conte-nos um pouco sobre você e sobre como surgiu a ideia de empoderar mulheres?

Caroline Reis (CR) - Atuo na área de desenvolvimento de pessoas há 9 anos e antes disso trabalhava no mundo corporativo. Aos 18 anos trabalhava em uma empresa onde era assediada pelo dono. Eu almoçava trancada no banheiro com medo de ficar sozinha com ele e na época eu nem entendia que aquilo era assédio. Aos 21 anos eu era coordenadora da direção de Recursos Humanos de uma multinacional do varejo e

recebi várias orientações sobre código de conduta e vestimenta, como não pegar caronas com os diretores, tamanho e largura de saias, blusas, etc. A partir dali eu entendi que precisava manter uma postura quase que masculina para me desenvolver profissionalmente, senão seria estigmatizada e minha competência seria sempre questionada.

Quando engravidei do meu primeiro filho, precisei deixar um cargo de diretoria em um departamento que eu criei porque sofri um descolamento de placenta. Ao longo dessa trajetória fui entendendo que o caminho



profissional para homens e mulheres era diferente e que eu sempre precisaria me esforçar mais para chegar onde queria.

Em minha segunda gestação, recebi comentários terríveis lamentando que eu estivesse esperando uma menina. Naquela época eu vivia em um relacionamento abusivo e acreditava que minha vida seria daquele jeito para sempre. Eu não tinha forças nem coragem para sair daquela situação, o abuso psicológico é capaz de destruir até uma mulher capaz e estudada.

Ao me divorciar recebi o apoio e o acolhimento de muitas mulheres. Elas me carregaram quando não tinha pernas para me manter de pé. Até então eu acreditava que mulheres sempre seriam rivais, mas a partir dali eu entendi o que era sororidade.

Quando consegui me estruturar tornei minha missão de vida levantar outras mulheres, assim como tantas na minha história me ergueram quando precisei.

2 - Conte sobre o Programa Ela Pode?

CR - O Programa Ela Pode foi inspirado em trabalhos que a Rede Mulher Empreendedora já desenvolve com o Google: o programa *WomenWill* e o treinamento "Cresça com Google". Abordamos temas como liderança, comunicação, negociação, finanças pessoais e ferramentas digitais gratuitas do Google.

O objetivo é empoderar economicamente as mulheres, apoiando-as para que conquistem as mesmas oportunidades e a mesma valorização que os homens no mundo do trabalho e do empreendedorismo.

Esse programa é realizado pelo Instituto Rede Mulher Empreendedora com o apoio do Google e tem como meta capacitar 135 mil mulheres brasileiras visando o empoderamento econômico feminino. O programa irá rodar o Brasil entre 2019 e 2020 e para isso temos multiplicadoras parceiras em todas as regiões do país. Queremos tornar as mulheres mais confiantes e preparadas pessoal e profissionalmente.

3 - Quais os resultados desses trabalhos? Você tem conseguido atingir o objetivo?

CR - Aqui em Campo Grande nós já realizamos o Café com Empreendedoras, da Rede Mulher Empreendedora. Esse evento tem três pilares: capacitação, histórias de inspiração e rodada de negócios para mulheres empreendedoras. Fiz o primeiro no final de 2018 e em apenas 2 edições recebemos mais de 200 mulheres.

Enquanto o Café com Empreendedoras é um evento para fomentar negócios, o Ela Pode é um treinamento de fato, com carga horária de 16 horas, certificado e acompanhamento dos indicadores socioeconômicos das mulheres.

A primeira edição do Ela Pode em Mato Grosso do Sul aconteceu nos dias 30 e 31 de março no Centro de Convivência do Idoso / CCI - Adalgisa de Paula Ferreira - "Vovó Ziza", nossa expectativa é capacitar 400 mulheres.

Fizemos dois pilotos em 2017 para 100 mulheres de duas grandes comunidades em São Paulo – Paraisópolis e Brasilândia. Lá aprendemos sobre as reais necessidades dessas mulheres e aperfeiçoamos o conteúdo do treinamento para torná-lo relevante para elas.

Essa iniciativa já capacitou 500 mulheres em 2018 em sessões no Google Campus São Paulo e mais de 2000 em Teresina e Brasília, em um treinamento que é parte do Cresça com o Google. Nosso objetivo é treinar 10 mil mulheres até o fim do ano.

4 - Como você enxerga o Empoderamento feminino no enfrentamento à violência contra a mulher?

CR - Fundamental. O Estado pode oferecer proteção, acolhimento, tudo que ela precisa para sair da situação de violência, mas se a mulher não se apropria da sua força, se ela não sente que merece ser tratada com

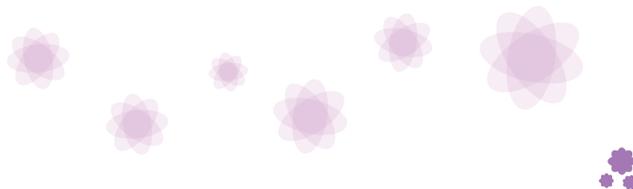
respeito e dignidade, ela permanece vulnerável.

Quando se fala em empoderamento a primeira coisa que vem à mente é o comportamento, a atitude, a questão emocional. Isso tudo é importantíssimo e trabalhamos essas questões na capacitação do Ela Pode. Também nos preocupamos com o empoderamento econômico, pois sabemos que muitas mulheres (de todas as classes sociais) permanecem em relacionamentos abusivos por dependência financeira. Nós queremos dar ferramentas para que ela possa assumir o controle da própria vida e a parte financeira é parte essencial nesse processo.

5 - Faça outras considerações que julgue importante a respeito do projeto.

CR - Buscamos apoiadores locais que possam contribuir com a infraestrutura necessária para realização das capacitações. Aos órgãos públicos e/ou empresas que desejam se tornar apoiadores locais, enviem e-mail para:

matogrossodosul@elapode.com.br



Nudem na Capital

Defensoria recebe prêmio de reconhecimento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública por projeto sobre violência obstétrica.



O Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul (Nudem) recebeu o reconhecimento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública por um projeto sobre violência obstétrica realizado em todo o Estado.

Em outubro do ano passado o Núcleo foi um dos 17 selecionados entre mais de 50 instituições de todo o País para concorrer ao Selo FBSP de Práticas Inovadoras no

Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, realizado pelo Fórum e nesta quarta-feira (30) recebeu o título de reconhecimento da Instituição. Segundo o Fórum, o trabalho do Nudem vai ser divulgado em um livro neste ano junto a outras experiências mapeadas em todo o país. O trabalho também ficará documentado em uma “casoteca” disponível no site, que conta com casos de sucesso de todos os anos de premiação.

No fim do ano passado, a Defensoria Pública recebeu a visita de uma entrevistadora que veio avaliar in loco o projeto. Pesquisadora associada do FBSP Jacqueline Brigagão, psicóloga e professora da Universidade de São Paulo, explicou que todos os selecionados recebem visitas técnicas antes da seleção para a definição dos premiados.

“Os 17 finalistas foram selecionados por um comitê de especialistas em questões de gênero. Nestas visitas, cada entrevistador vai apresentar um relatório, o comitê vai se reunir novamente e escolher quem ganha o selo. Aqui, além de conhecer o projeto no Nudem,

entrevistei a rede de apoio que participou do projeto, como os Cras, a associação de doulas e a Secretaria de Saúde do Município”, informou à época. Mais informações sobre os vencedores e a compilação dos trabalhos divulgados pelo Fórum serão noticiadas na possível data de 8 de março, Dia Internacional da Mulher.



Fonte: Site da Defensoria Pública do MS

Defensoria Pública apresenta atuação no combate à violência de gênero para embaixadora da Áustria.



A Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul participou de uma reunião com a embaixadora da Áustria no Brasil, Irene Giner-Reichl, na tarde do dia 26 de fevereiro, no Tribunal de Justiça de MS. A autoridade está em Campo Grande para conhecer as práticas exitosas na proteção de mulheres em situação de violência de gênero.

No encontro, a 1ª subdefensora-geral, Júlia Fumiko Hayashi Gonda e a coordenadora do

Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (Nudem), Edmeiry Silara Borch Festi abordaram a atuação da Instituição no combate à violência de gênero.



Casa da Mulher Brasileira

Na manhã da terça-feira (27/02), a embaixadora esteve na Casa da Mulher Brasileira para conhecer a estrutura da primeira Casa do Brasil, um projeto inovador que conta com atendimento da Defensoria Pública no local e que comemorou 4 anos de existência. Todas as Instituições presentes apresentaram sua atuação. A coordenadora do Nudem explicou os trabalhos da Defensoria Pública em prol das mulheres.



“A instituição preocupa-se com este grupo vulnerável desde 1999, criando órgãos especializados para o atendimento qualificado. A Instituição é responsável pelo atendimento das mulheres em situação de violência de gênero, conforme previsto na Constituição Federal e legislações infraconstitucionais, por tais razões, desde o início do projeto da Casa da Mulher Brasileira, quando este era um sonho, a Defensoria Pública já estava envolvida, somando forças para que tornasse realidade”, explicou.

Fonte:
Site da Prefeitura Municipal de Campo Grande

Projeto Educação em Direitos

Dando continuidade ao Projeto Educação em Direitos, o qual o NUDEM vem promovendo desde 2015, foi realizada palestra educativa para alunos da Escola Estadual Aracy Eudociak na noite da sexta-feira 08/03 proferida pela psicóloga Keila Antônio de Oliveira e pela Assessora Jurídica Keli Reis Silva.



Ainda pelo Projeto Educação em Direitos, foi realizada a primeira palestra sobre violência obstétrica, no CRAS do Jardim Aeroporto, ministrada pela Defensora Thaís Dominato, para um grupo de mulheres gestantes e beneficiárias do Bolsa Família.



Curso: Políticas Públicas e o enfrentamento da violência contra as mulheres em Campo Grande - MS

No dia 18/3 foi realizado o Curso Políticas Públicas e o enfrentamento da Violência contra as Mulheres em Campo Grande na UNIGRAM Capital.

O evento foi realizado pela Secretaria de Políticas para Mulheres de Campo Grande (SEMU) em parceria com a Escola de Governo de Campo Grande Luiz Alexandre e Oliveira (EGOV) e participação da Defensoria

Pública e diversos órgãos que atuam na promoção e garantia de direitos das mulheres e teve como público alvo servidores municipais de todas as secretarias municipais.

A Defensora Edmeiry Silara Broch Festi proferiu a palestra sobre Violência de Gênero e abordou o ciclo da violência com a exposição de um filme.

Curso:
Políticas Públicas e o enfrentamento da violência
contra as mulheres em Campo Grande - MS



Nudem no Interior

Workshop Protagonismo da Mulher da Gestaçã ao Parto
boas práticas, aspectos jurídicos e sociais.

No dia 22 de fevereiro foi realizado o I Workshop Protagonismo da Mulher da Gestaçã ao Parto – boas práticas, aspectos jurídicos e sociais, na Comarca de Bonito/MS, com a participação da Defensora Pública Thaís Dominato Silva Teixeira e a Assistente Social, Elaine de Oliveira França, na antiga Câmara Municipal de Bonito, para profissionais do município: assistentes sócias, enfermeiros, médicos, técnicos de enfermagem e assistentes.



Solenidade de comemoração dos três anos do Centro de Parto Normal do Hospital Elmira Silvério Barbosa

Em alusão ao Dia da Mulher, aconteceu em Sidrolândia a Solenidade de comemoração dos três anos do Centro de Parto Normal do Hospital Elmira Silvério Barbosa em Sidrolândia. Com o seu funcionamento, o município se tornou referência nacional em partos humanizados.

A ocasião foi marcada com uma homenagem à Defensora Pública Thaísa Defante, que atuou por muitos anos em Sidrolândia e foi uma das incentivadoras do projeto. Em reconhecimento ao trabalho desenvolvido, teve seu nome imortalizado numa placa.



Mês da mulher: Defensoria realiza palestras sobre violência obstétrica em Bonito

Como parte das atividades de conscientização promovidas pelo Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, a Defensoria Pública de Bonito realizou palestras sobre violência obstétrica.

A defensora pública Thaís Roque Sagin debateu o tema na Escola Estadual Luiz da Costa Falcão com alunos do 3º ano no Ensino Médio e com a população local na Praça da Liberdade, a convite da Secretaria de Educação e Cultura.



“Nas duas palestras, abordei o tema da violência obstétrica como uma forma de violência de gênero e apresentei o Grupo Mães de Bonito, uma fonte segura de apoio, acolhimento e informação, criado com o objetivo de fortalecer as mulheres da cidade, sobretudo, no que diz respeito ao momento da gestação e parto”, explicou a defensora.

Aviolência obstétrica é um tipo de violência de gênero contra mulheres grávidas ou parturientes, que se caracteriza por agressões físicas ou psicológicas, tanto durante o parto quanto no pré-natal. Xingamentos, recusa de atendimento, realização de intervenções e

procedimentos médicos não necessários, como exames de toque a todo instante, grandes episiotomias ou cesáreas desnecessárias, são exemplos.

Fonte: Site da Defensoria Pública de MS



Palestra: “A trajetória das mulheres na história e na sociedade” abre o Diálogos Interdisciplinares 2019 em Dourados.

No dia 15 de março foi realizada, no SIMTED Dourados, a palestra de abertura da formação anual para professores(as) e funcionários(as) administrativos(as) da rede básica pública de ensino. Com o tema "A trajetória das mulheres na história e sociedade", a palestra foi ministrada pela psicóloga Keila de Oliveira Antônio.



Nudem em Brasília

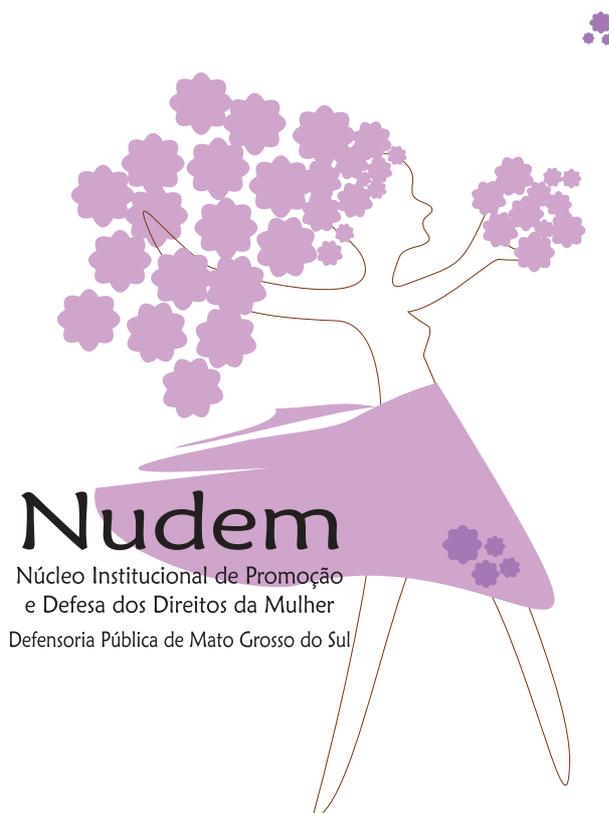
I Congresso Nacional Nascer Direito “Enfrentamento à Violência Obstétrica”

Aconteceu em Brasília na tarde do Sábado, 23/03, o I Congresso Nacional Nascer Direito “Enfrentamento à Violência Obstétrica” no Hotel Kubitschek Plaza. A convite dos organizadores do evento, a Defensora Thaís Dominato participou da mesa de debates e destacou o papel da Defensoria Pública na tutela dos direitos fundamentais violados durante o parto e o nascimento.



Agenda

- **06/02 - Palestra sobre violência obstétrica.**
Público: Grupo de mulheres gestantes
Local: Cras Jardim Aeroporto
Horário: 13h
- **22/02 – Workshop “Protagonismo da mulher da gestão ao parto – boas práticas, aspectos jurídicos e sociais”.**
Público: Profissionais da Saúde
Local: Antiga Câmara Municipal de Bonito/MS
Horário: 9h e 13h
- **22/02 - I Reunião Ordinária da Comissão de Defesa dos Direitos Da Mulher (CDDM) do Condege.**
Local: Sede da Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Horário: 9h às 18h
- **27/02 - Diálogo sobre a violência doméstica e a Casa da Mulher Brasileira, com a presença das austríacas Rosa Logar & Kerstin Schinnerl.**
Local: Casa da Mulher Brasileira
Horário: 8h30
- **28/02 - Audiência Pública sobre Violência Obstétrica.**
Local: Plenário da OAB/MS
Horário: 13h30
- **08/03 - Reunião Pública sobre políticas públicas para mulheres, feminicídio e violência contra a mulher.**
Local: Plenário da Câmara Municipal de Campo Grande-MS
Horário: 9h
- **08/03 - Seminário em Comemoração ao Dia da Mulher.**
Local: Sede da Fetems em Campo Grande-MS
Horário: 13h30min
- **15/03 – Reunião para discussão sobre a prescrição de métodos contraceptivos para adolescentes abrigadas.**
Local: Secretaria de Estado de Saúde MS
Horário: 9h
- **15/03 – Palestra no evento: A trajetória das mulheres na história e na sociedade.**
Local: SIMTED – Vila Industrial de Dourados/MS
Horário: 18h
- **18/03 – Participação no Curso: Políticas Públicas e o enfrentamento da Violência contra as Mulheres em Campo Grande/MS.**
Local: Auditório da UNIGRAM Capital
Horário: 13h
- **19/03 – Participação na formação da Mulher na Escola do Governo.**
Local: Escola do Governo
Horário: 13h às 15h
- **23/03 - I Congresso Nacional Nascer Direito “Enfrentamento à Violência Obstétrica”.**
Local: Hotel Kubitschek Plaza - Brasília/DF
Horário: 14h30
- **27/03 – Evento: Sensibilização para Implantação da Lei Maria da Penha vai à Escola nas Unidades Escolares de Campo Grande-MS.**
Local: Auditório da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS
Horário: 13h30
- **29/03 – Capacitação para servidores da Casa Abrigo: “A proteção integral das mulher me situação de violência”.**
Local: Auditório da Casa da Mulher Brasileira
Horário: 13h30
- **29/03 - Palestra sobre violência obstétrica.**
Público: Grupo de 20 mulheres gestantes
Local: Cras Guanandi
Horário: 7h30



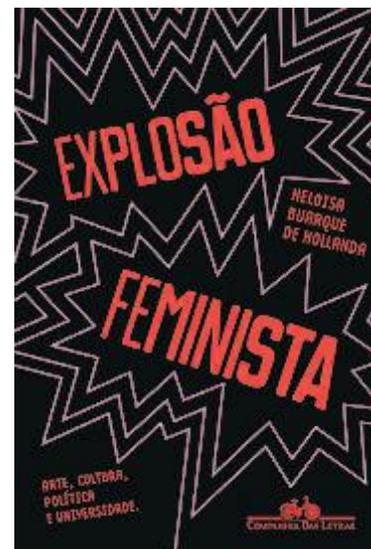
Filme/Série



Série: COISA MAIS LINDA (2019)

A série Coisa Mais Linda, que estreou na Netflix na última sexta (22), se passa em 1959, mas ainda assim parece bastante atual. Isso porque vários dos percalços que as mulheres protagonistas enfrentam na trama ainda estão presente nas vidas de muitas brasileiras até hoje. Com cenas intensas de preconceito, moralismo, violência doméstica, desigualdade social e salarial, a atração desenha o que é ser mulher numa sociedade machista.

Livro



EXPLOSÃO FEMINISTA - Ed. Companhia das Letras (2018) -

Fruto de extensa pesquisa, este livro procura apontar de onde vem a força avassaladora do feminismo na última década e as mudanças pelas quais passou ao longo dos anos. A professora e escritora Heloisa Buarque de Hollanda, um dos nomes mais importantes na área cultural e nos estudos de gênero no Brasil, convoca jovens que estão marcando presença no ativismo, na poesia e nas artes para mostrar pontos de convergência e divergência entre os muitos feminismos que compõem o cenário brasileiro atual. Como podemos definir esta quarta e explosiva onda? Quem são as mulheres que estão à frente dos movimentos hoje e o que elas reivindicam? Como a militância vem impactando a política, o comportamento e, sobretudo, a criação artística? Heloisa busca mapear como a militância das mulheres, em diversas frentes, se estabeleceu como tema imprescindível e urgente no debate atual.

Notícias

G1 – Notícias – 22/01/2019

Das 55 redações com nota mil no Enem 2018, 42 foram escritas por mulheres. As mulheres são a maioria no grupo de 55 participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2018 que tiraram a nota mil na prova de redação. Os dados foram divulgados na tarde desta segunda-feira (21) pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

No total, 4,1 milhões de redações da aplicação regular do Enem 2018 foram corrigidas. Mais de 81 mil delas ficaram com nota entre 900 e mil, mas só 55 chegaram à pontuação máxima. Os candidatos homens são responsáveis por 13 dessas notas, enquanto 42 mulheres tiraram a nota mil.

Uol notícias – 08/02/2019

Projeto de lei propõe selo 'Empresa Machista' para quem paga menos a mulher. Um projeto de lei enviado à Câmara dos Deputados no primeiro dia desta legislatura, na última segunda-feira (4), quer criar um selo de

"Empresa Machista" para empregadores que pagam mais para homens do que para mulheres. As empresas que integrarem o que a proposta chama de Cadastro Nacional de Empresas Machistas pode ter restrições como proibição de empréstimos junto a bancos públicos ou até multas.

A deputada apresenta, como justificativa para a medida, a necessidade de combater "as manifestações misóginas do governo atual".

A proposta foi apresentada pela deputada Federal Fernanda Melchionna (PSOL - RS), que era vereadora antes de assumir o mandato este ano. Dados divulgados pelo IBGE no ano passado mostram que a média de salário pago às mulheres em 2017 foi 77% do valor dos salários dos homens.

Revista AzMina - 12/02/2019

Mães atrás das grades: direito a prisão domiciliar ainda não é cumprido. Há um ano, o STF concedeu prisão em casa para mulheres com filhos pequenos, mas apenas 21% delas tiveram o direito concedido, segundo dados obtidos pela AzMina.



O STF concedeu em fevereiro de 2018 Habeas Corpus (HC) Coletivo para todas as gestantes e mulheres mães de crianças menores de doze anos, que estivessem em prisão preventiva, o direito de serem encaminhadas para a prisão domiciliar. As exceções seriam crimes praticados com violência e grave ameaça ou contra os próprios filhos, ou ainda situações excepcionais, as quais os juízes deveriam fundamentar ao STF.

"O encarceramento feminino é um fenômeno perverso, que tem danos sociais que extrapolam os muros da prisão, o corpo da mulher e sua família" diz Natalie Fragozo, advogada do Coletivo de Advogados de Direitos Humanos (CADHu), o autor do pedido de Habeas Corpus Coletivo que deu início a esta história.

O relator do HC Coletivo, o ministro Ricardo Lewandowski tem reforçado a decisão desde então porque a medida encontra resistência na cultura de encarceramento que marca o judiciário brasileiro, avalia o defensor público federal Gustavo de Almeida Ribeiro, coordenador da equipe da Defensoria Pública da União que atua no STF.

"A gente percebe a resistência na aplicação dessa decisão", diz o defensor. Ele conta que não é raro encontrar situações comuns usadas como "excepcionais" para não conceder o benefício. "A decisão tem uma cláusula que diz que é para conceder a prisão domiciliar salvo situações excepcionais. O que não ultrapassa o normal não deveria ser invocado como algo excepcional."

18/02/2019 – Universa
Nova York é a 1ª cidade dos EUA a punir discriminação contra cabelo crespo. A cidade de Nova York se tornou a primeira dos Estados Unidos a publicar diretrizes que punem quem discriminar cabelos crespos. O documento publicado nesta segunda-feira (18) pela Comissão de Direitos Humanos da prefeitura estabelece que os nova-iorquinos têm o direito de "manter cabelos ou penteados naturais que estejam intimamente associados a suas identidades raciais, étnicas ou culturais". Ou seja, a partir de agora, quem sofrer algum tipo de discriminação ou constrangimento poderá denunciar. No texto, noticiado pelo "The New York Times", a Comissão esclarece que as medidas se aplicam para todos que têm cabelos crespos, mas que a decisão visa combater especialmente "estereótipos racistas de que os penteados negros não são profissionais". Segundo o jornal, redes ou tocas de proteção

ainda podem ser requisitados pelos empregadores por motivos de saúde ou segurança.

25/02/2019 – Correio do Estado
Em três anos, pedidos de medidas protetivas aumentam 56% em MS. Os pedidos de medidas protetivas aumentaram 56% em Mato Grosso do Sul, nos últimos três anos. O mecanismo é aplicado após a denúncia de agressão feita pela vítima na delegacia de polícia, cabendo ao juiz determinar a execução em até 48 horas após o recebimento do pedido da vítima ou do Ministério Público. No Estado, cerca de 20 mulheres procuram a Justiça por dia em busca desta alternativa, e o número vem crescendo. Enquanto em 2015 foram 5.684 registros, em 2016 esse número subiu para 7.152, em 2017, para 8.489, e em 2018 saltou para 8.896. “É um mecanismo que assegura que toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goze dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana e tenha oportunidades e facilidades para viver sem violência, com a preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. No geral, funciona e, o mais importante, salva vidas”, explica a juíza Jaqueline Machado.

25/02/2019 – Agência Patrícia Galvão
Câmara aprova comissão para acompanhamento de casos de feminicídio e violência contra mulher. A Câmara aprovou pedido da deputada Flávia Arruda (PR-DF) para a criação de uma Comissão Temporária Externa destinada ao acompanhamento dos casos de violência doméstica contra a mulher e feminicídio no País. A deputada quer verificar como os Estados estão atuando, quais são as políticas implementadas, quais os recursos destinados para este enfrentamento, se há ou não orçamento garantido para a execução dessas

políticas de forma permanente. “Ademais, há necessidade de verificar quais são as políticas públicas de acolhimento às vítimas”, afirma a deputada na justificativa do projeto. A parlamentar quer visitar os Estados com os maiores números de notificação, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Mato Grosso do Sul, além do Distrito Federal.

14/03/2019 - O Globo
QUEM SÃO AS MULHERES NEGRAS QUE TRANSFORMARAM O PAÍS MAS FORAM ESQUECIDAS PELA HISTÓRIA OFICIAL.
Séculos antes de Marielle Franco, vereadora assassinada há um ano em pleno exercício do mandato, pioneiras destacaram-se em diversas áreas e inspiraram movimentos sociais e culturais.

Quem foram Dandara, Tia Ciata, Esperança Garcia, Luíza Mahin, Maria Felipa?

Há pouca documentação sobre essas e outras mulheres negras que protagonizaram a História do Brasil ao longo dos séculos. Suas trajetórias persistem apoiadas em registros orais, e muitas delas tiveram seus papéis atrelados às lutas masculinas. Mas esse cenário está em transformação.

Para historiadores, a morte da vereadora carioca Marielle Franco, que completa um ano hoje, e a projeção mundial de seu nome revelam como, nos últimos anos, “uma série de grupos e movimentos sociais silenciados historicamente ganharam mais força e visibilidade”, nas palavras de Ynaê Santos, professora do CPDOC da FGV.

Marielle, diz Santos, não será lembrada apenas pela “barbárie de seu assassinato”, mas por seu papel social:

— Uma mulher negra, nascida na favela e defensora dos Direitos Humanos, sobretudo das causas LGBT e das mulheres negras.

Contribuem para a crescente visibilidade desses grupos as redes sociais e a maior organização dos movimentos negro e feminista. O que também propõe uma revisita ao passado, com um olhar “plural e diverso”, como sugere a historiadora:

— Um olhar que permita conhecer personagens que foram fundamentais e que, por uma série de escolhas, inclusive políticas, não receberam a devida importância.

Nomes como Dandara e Tereza de Benguela, mulheres de origem africana que foram escravizadas, explica Santos, e se engajaram na luta pela liberdade, fazendo parte de dois quilombos do período colonial, nos séculos XVII e XVIII, respectivamente. No século XIX, a historiadora destaca Maria Firmina dos Reis, autora do primeiro romance abolicionista da América Latina, “Úrsula” (1859).

— A invisibilidade da negra é fruto do racismo e do machismo que estruturam a sociedade brasileira e fazem com que essa mulher ocupe o lugar de subalternidade, exploração, mesmo compondo a maior parte da população. São várias camadas de violência, inclusive simbólica, que fazem parecer que a história dessas mulheres não importa, pois elas apenas comporiam a massa de anônimos — conclui Santos.

Construção dos sonhos - A jornalista e colunista do GLOBO Flávia Oliveira conta que, quando estava na escola, nos anos 1970, e na universidade, na década seguinte, não aprendeu sobre mulheres negras como referência ou percebeu destaque à pele negra de protagonistas da História. Essa ausência, diz, ainda ecoa na questão atual da representatividade e se reflete na construção de sonhos e na mobilidade social.

— É como se determinados papéis, como postos de poder e posições de relevância, estivessem reservados aos brancos, sobretudo homens brancos. De modo geral, negros são apresentados nos territórios das carências, em posições subalternas. O reconhecimento do protagonismo das mulheres negras na luta por direitos e na construção de saberes e tradições no Brasil nos fez muita falta, e isso está sendo corrigido agora, com o resgate dessas personagens históricas e com a construção de biografias relevantes, como a da sambista Dona Ivone Lara, a da líder religiosa Mãe Stella de Oxóssi, a da escritora Conceição Evaristo.

Além de contar as histórias dessas mulheres, é importante pensar em como apresentá-las, indo além de suas relações com um homem, como mãe ou companheira, e ressaltando suas produções intelectuais, inteligência e estratégia, destaca a historiadora Giovana Xavier:

— Dandara é uma figura narrada como mulher de Zumbi. Mas devemos pensá-la para além disso. Há várias referências do protagonismo das mulheres nas funções do quilombo, como na costura dos utensílios, vigilância das fronteiras. Por que a apresentamos como esposa, e não como quem ela foi, independentemente de Zumbi? - questiona a professora da UFRJ.

Registro oral - Uma das dificuldades para que se faça justiça a essas personagens é a carência de registros de suas existências. A cientista política Débora Thomé, autora do livro “50 brasileiras incríveis para conhecer antes de crescer”, aponta que a história das mulheres negras é, em vários momentos, registrada apenas pela tradição oral, “que se mantém de outra forma, mas é mais difícil e, às vezes, menos aceita”. A falta de documentação pode fazer com que haja “perda de nomes que nem sequer chegam até nós”.

A historiadora Patricia Macêdo, arquivista e docente da UniRio, concorda. Para ela, a literatura oficial dos séculos XVII a XIX dificulta a identificação da atuação de mulheres no período. Se as brancas eram pouco faladas, as negras, menos ainda:

— A documentação procurava escondê-las. Quando havia a presença delas, o movimento perdia força política. E eram retratadas como ‘emotivas’.

Protagonistas de seu tempo

Esperança Garcia - A escrava piauiense escreveu, em 1770, uma das mais antigas cartas de denúncia de maus-tratos contra negros, entregue ao governador da então província de São José do Piauí. Em 2017, recebeu o título de primeira mulher advogada do Piauí pela OAB do estado. **Tia Ciata** - Hilária Batista de Almeida nasceu em 1854, em Santo Amaro, Bahia. É considerada uma das figuras mais influentes da origem do samba. No início do século XX, a mãe de santo promovia rituais religiosos e famosas rodas de partido-alto na Praça Onze. **Carolina Maria de Jesus** - Nascida em 1914, em Sacramento, Minas Gerais, foi uma importante escritora brasileira. Em seus cadernos, descrevia sua vida na favela e seu dia a dia em São Paulo. Um deles deu origem ao seu mais famoso, “Quarto de despejo”, publicado em 1960. (Colaborou Helena Borges).



Datas comemorativas

MARÇO

- 08/03 – Dia Internacional da Mulher
- 12/03 – Dia da Bibliotecária
- 15/03 – Dia Mundial da Consumidora
- 21/03 – Dia Internacional Contra a Discriminação Racial
- 25/03 – Dia Nacional da Oficial de Justiça

ABRIL

- 02/04 – Dia da protagonista
- 07/04 – Dia da corretora e do jornalista
- 12/04 – Dia da obstetra
- 15/04 – Dia mundial da desenhista
- 25/04 – Dia do latino-americano e da mulher negra
- 27/04 – Dia nacional da trabalhadora doméstica
- 28/04 – Dia da sogra
- 30/04 – Dia nacional da Mulher



Mitos

10 coisas que você não sabia sobre mulheres na História do Brasil

Há passagens da História do Brasil envolvendo mulheres que não fazem parte dos livros didáticos nem dos best-sellers sobre o passado do nosso país. Com base no livro "Mulheres do Brasil A História Não Contada" (Ed. Leya), de Paulo Rezzutti, veja uma lista com 10 episódios pouco famosos que envolvem figuras femininas.

■ Tribo só de mulheres em Manaus

Na região onde hoje é a cidade de Manaus, havia uma tribo, no século 16, dominada por

mulheres. Uma expedição encabeçada pelo espanhol Francisco de Orellana desembarcou na região, e ele registrou em seus diários de navegação a história delas. As índias guerreiras só aceitavam a entrada de homens esporadicamente, para procriarem. Caso nascessem meninos, elas entregavam as crianças aos cuidados dos índios que as visitaram.

■ Corrompidas por cursar faculdade

As mulheres só foram autorizadas a frequentar universidades em 1879, depois da reforma do ensino superior. Mas a opinião pública não simpatizava com a ideia, principalmente pelo fato de que elas iriam frequentar um espaço coletivo. Em artigos de jornais, era comum encontrar esse posicionamento. Um texto do jornal Gazeta Acadêmica da Bahia chegou a afirmar que "ninguém ia querer casar com uma futura médica corrompida pelo costume de frequentar as ruas".

■ Marido com licença para matar

As Ordenações Filipinas, espécie de código penal vigente no período colonial, autorizava o marido a matar a mulher caso flagrasse uma traição. Poderia, inclusive, matar o homem com quem ela se relacionava no momento. A regra só era vetada caso o adúltero fosse "pessoa de maior qualidade" que o traído. As Ordenações Filipinas vigoraram entre 1603 e 1830, quando foi criado um novo código criminal.

■ Açoitadas por serem lésbicas

29 mulheres foram acusadas pela Igreja Católica de se relacionar com outras mulheres, o que na época da Inquisição no Brasil, no século 16, era considerado um "pecado nefando". Sete delas responderam a processos religiosos, entre elas a portuguesa Felipa de Souza, que foi condenada e açoitada em público, sob olhar dos fiéis da Igreja da Sé da Bahia, em Salvador. Felipa foi descoberta

depois que sua amante confessou que as duas tinham um relacionamento de um ano e trocavam cartas de amor.

■ Ela se passou por homem para lutar

Uma baiana se vestiu de homem para poder se alistar na artilharia brasileira e enfrentar os portugueses no período das lutas pela independência. Foi Maria Quitéria de Jesus Medeiros, na Bahia, em 1822, quando uma junta provisória se instalou para acabar com o domínio português no território. Como mulheres não eram aceitas, ela se vestiu de homem, cortou o cabelo e usou o nome do cunhado para se alistar. Apresentou-se como soldado Medeiros. Pelo seu trabalho, foi condecorada por D. Pedro I, e ficou conhecida como a primeira mulher a pertencer a uma unidade militar.

■ As governadoras de capitânicas hereditárias

Das 14 capitânicas hereditárias, três foram governadas por mulheres. Uma delas, Luísa Grimaldi, da capitania do Espírito Santo, teve de montar um exército para defender suas terras dos piratas ingleses.

Ela assumiu o governo depois que o marido morreu, assim como Brites de Albuquerque, da capitania de Nova Lusitânia, no Nordeste. A terceira, Ana Pimentel, assumiu na ausência do marido, que ficou com a incumbência de navegar pelo Oriente para proteger as conquistas portuguesas.

■ Recolhidas para manter a virgindade

A tradição de mandar mulheres para viverem em lugares chamados de "recolhimentos" veio com os portugueses. As instituições ficavam nas metrópoles e recebiam mulheres jovens e solteiras. A intenção era isolá-las para que se mantivessem virgens até o casamento. Maridos que viajavam também mandavam suas mulheres para os recolhimentos, para "proteger sua honra" até que voltassem.

■ As abolicionistas

As mulheres tiveram papéis importantes no movimento pela abolição da escravidão. Um exemplo foi Maria Tomásia Figueiredo Melo, presidente da Sociedade das Cearenses Libertadoras, envolvida na libertação dos escravos na província do Ceará, em 1884 - ou seja, antes da Lei Áurea, de 1888. Mobilização parecida aconteceu em outros estados, como Pernambuco, com a associação de mulheres Ave Libertas, a favor da abolição, fundada pela professora Maria Amélia de Queiroz.

Escrava, prostituta e escritora. Considerada a primeira escritora afro-brasileira, Rosa Maria foi uma escrava africana vinda da Costa do Marfim que era obrigada a se prostituir por um de seus senhores. Tinha transe e dizia que o diabo estava em seu corpo. Depois disso, escreveu para um padre, que a colocou no Recolhimento Nossa Senhora do Bom Parto, onde escreveu o livro "Sagrada Teologia de Amor de Deus Luz Brilhante das Almas Peregrinas", considerado o primeiro, no Brasil, de autoria de uma mulher negra. Foi investigada pela Inquisição por denúncias de que fazia rituais como os de cultos africanos dentro do recolhimento. Não há registros do que aconteceu com ela depois de seu primeiro depoimento aos inquisidores, mas a suposição é de que tenha morrido na prisão.

■ Aborto: crime desde 1830

O código criminal de 1830 já considerava a interrupção de gravidez um crime, o que mostra que o aborto já era praticado pelas brasileiras há pelo menos dois séculos. Na época, quem provocasse o aborto de uma gestante poderia ser condenado a cinco anos de trabalhos forçados. Em 1890, um novo código penal estabelecia pena também para a mãe que abortasse: cinco anos de prisão. No de 1940, vigente até hoje, essa pena baixou para até três anos.



História do 8 de março

O dia 8 de março é o resultado de uma série de fatos, lutas e reivindicações das mulheres por melhores condições de trabalho e direitos sociais e políticos, que tiveram início na segunda metade do século XIX e se estenderam até as primeiras décadas do XX.

Ao ser criada esta data, não se pretendia apenas comemorar. Na maioria dos países, realizam-se conferências, debates e reuniões cujo objetivo é discutir o papel da mulher na sociedade atual. O esforço é para tentar diminuir e, quem sabe um dia terminar, com o preconceito e a desvalorização da mulher. Mesmo com todos os avanços, elas ainda sofrem, em muitos locais, com salários baixos, violência masculina, jornada excessiva de trabalho e desvantagens na carreira profissional. Muito foi conquistado, mas muito ainda há para ser modificado nesta história.

Marcos das conquistas das Mulheres na História:

- **1932** - A mulher teve o direito ao voto;
- **1962** - Com o Estatuto da mulher casada: a mulher deixou de ser considerada civilmente incapaz; foi permitido à mulher trabalhar fora de casa;
- **1970** - Época marcada por assassinatos de mulheres por seus companheiros. Caso Ângela Diniz - no segundo julgamento foi

decretada a prisão do agressor por mais de 15 anos;

- **1985** - Criação da primeira Delegacia Especializada de Atendimento à mulher (SP);
- **1988** - Somente com a CF de 1988, foi consagrada a igualdade jurídica entre homens e mulheres a nível Nacional;
- **2002** - Com o Código Civil, o termo jurídico “Pátrio Poder” foi substituído por Poder Familiar;
- **2006** - Entrou em vigência a Lei Maria da Penha;
- **2015** - Foi inserida no Código Penal a figura do feminicídio;
- **2018** - A importunação sexual que antes era uma contravenção penal neste ano foi transformada em crime, punindo a conduta com maior rigor.



EXPEDIENTE



Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul
Defensoria Pública-Geral do Estado
Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher
NUDEM

Luciano Montali
Defensor Público-Geral do Estado.

Júlia Fumiko Hayashi Gonda
Primeira Subdefensora Pública-Geral.

Angela Rosseti Chamorro Belli
Segunda Subdefensora Pública-Geral.

Edmeiry Silara Broch Festi
Defensora Pública de Defesa da Mulher.
Coordenadora do NUDEM.

Colaboradores desta edição:

Edmeiry Silara Broch Festi – Defensora Pública e Coordenadora do NUDEM.
Amélia Luna – Assessora do NUDEM

Arte, revisão e diagramação:

Moema Urquiza - Escola Superior da Defensoria Pública de MS.

Escola Superior da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul

Rua Raul Pires Barbosa, 1.519 - Bairro Chácara Cachoeira
79040-150 - Campo Grande-MS

Email: escolasuperior@defensoria.ms.def.br

Fone: (67) 3317-4427

Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher NUDEM

Rua Doutor Arthur Jorge, 779 - Centro
79002-440 - Campo Grande-MS

Email: nudem@defensoria.ms.def.br

Fone: (67) 3313-5801

Centro Judiciário de Solução de Conflitos, Núcleo de Mediação

Rua Doutor Arthur Jorge, 779 - Centro
79002-440 - Campo Grande-MS

Fone: (67) 3313-5800

Defensoria Pública de Defesa da Mulher - Casa da Mulher Brasileira

Rua Brasília, S/N, Lote 10A, Quadra 2 - Jardim Imá
Campo Grande-MS

Fone: (67) 3304-7589